

A Maçonaria feminina em Portugal

Aproximemos as nossas Irmãs - Bielefeld – 5 de julho de 2014

Nascida a 29 de Março de 1997, há apenas 17 anos, a Grande Loja Feminina de Portugal, em si mesma, tem uma curta história. Contudo, as Mulheres que estiveram na origem da sua criação, desde 1983 que trabalhavam arduamente em território português no desenvolvimento da maçonaria feminina portuguesa, tendo até ao momento criado 15 Lojas, assim distribuídas: 8 em Lisboa e 7 no resto do país (Porto, Viseu, Figueira da Foz, Coimbra, Leiria, Évora e Algarve).

Assim, há 31 anos atrás, sob os auspícios da Grande Loja Feminina de França, com a ajuda de várias Maçonas francesas e de alguns Maçons do Grande Oriente Lusitano, lançaram à terra a semente que mais tarde frutificou e deu origem ao nascimento da 1ª Obediência Feminina em Portugal.

Visto desta maneira e aos olhos da História, é coisa pouca e conta-se em 2 parágrafos. No entanto, e como todas sabem, estes movimentos, pela sua intensidade e empenhamento dos seus actores, neste caso actrizes, são riquíssimos na sua essência, se tomarmos em linha de conta a história de cada uma das suas impulsionadoras e dos passos árduos que foram necessários que elas dessem para que o seu sonho pudesse ser um dia realidade. E conseguiram-no, fazendo jus ao nome do movimento universal que as motiva: a Maçonaria e os seus valores.

A sua 1ª Grã-Mestra confessou uma vez: “Sonho com o dia em que se poderá pôr a morada das Lojas da Maçonaria na lista telefónica e tabuletas à porta, como se faz por essa Europa fora”.

Esse sonho já quase se materializou, porque em 2006 a GLFP deu um passo de gigante quando criou condições para se legalizar aos olhos das instituições fiscais e bancárias e em 2009 já pôde celebrar um contrato de arrendamento.

Já não somos um grupo semi-clandestino e podemos olhar a sociedade portuguesa, olhos nos olhos. É certo que temos bastantes Mulheres no nosso seio que pretendem não ser identificadas, o que tem toda a sua legitimidade, mas o facto de a Grande Loja Feminina de Portugal já poder funcionar com um Estatuto legal confere-nos uma certa tranquilidade.

Aliás, os receios de algumas de nós, são totalmente justificados se andarmos um pouco para trás e analisarmos os sobressaltos vividos pela Maçonaria portuguesa em geral e a feminina em particular e o, por vezes altíssimo, preço pago por alguns e algumas, ao longo do século XX em Portugal por ousarem defender os seus Valores.

Para se perceber um pouco melhor o que acabamos de afirmar temos que recuar até 1881, data da criação da primeira Loja de Adopção, que se chamou Filipa de Vilhena, mas que 4 anos depois (em 1885) abatia colunas.

O título distintivo Filipa de Vilhena está ligado ao facto de aquela nobre portuguesa se ter tornado símbolo do patriotismo por, na madrugada de 1 de Dezembro de 1640 ter armado, ela própria, cavaleiros os seus 2 filhos para lutarem pela independência de Portugal, que esteve 60 anos sob jugo da coroa espanhola.

Depois de um período de vicissitudes pouco claro que conduziram à expulsão das primeiras iniciadas, só voltam a surgir novas Lojas de Adopção em 1904 e posteriormente, em 1910, pouco antes da Implantação da República.

Com efeito, em 1904 são criadas 2 novas Lojas de Adopção sob os auspícios do GOLU - Grande Oriente Lusitano Unido: a Loja Humanidade e a Loja 8 de Dezembro. A Loja Humanidade é presidida por Ana de Castro Osório, escritora de literatura infantil (por curiosidade, tradutora do alemão dos Contos de Grimm), jornalista, pedagoga, feminista e activista republicana.

Na Loja Humanidade foi iniciada em 1907, Adelaide Cabete, figura grande da maçonaria feminina e pioneira nas mais diversas disciplinas e actividades. Médica, educadora, republicana, pacifista, lutou pelos mais vulneráveis e foi autora de muitas propostas de alteração da legislação portuguesa.

Também Carolina Beatriz Ângelo, médica desde 1902 e também iniciada na Loja Humanidade em 1907, foi uma pioneira na sua época. Primeira cirurgiã portuguesa, foi também a primeira mulher a exercer o direito de voto em Portugal nas eleições constituintes de 1911, fazendo valer os seus direitos de cabeça de casal por ter ficado viúva com uma filha. Ao colocar numa urna um papel em que declara a sua adesão incondicional ao novo regime e aos novos políticos, Carolina Beatriz Ângelo atestou os anseios de liberdade e de independência económica das mulheres em relação aos homens, anseio maior das mulheres modernas daquela época.

Os historiadores estão de acordo em afirmar que houve envolvimento das mulheres no triunfo e defesa do regime republicano implantado em 1910, mediante intervenção individual e colectiva a partir de 1908, data da fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, que irrompeu pela 1ª República em 1910 e sobreviveu 20 anos, resistindo à Ditadura Militar e ao advento do Salazarismo.

A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas não se confinou a uma visão redutora da intervenção feminina que procurava circunscrevê-la à esfera privada da família, enquanto mãe, esposa, filha e irmã, e lutou pela igualdade entre homens e mulheres, em casa e na rua, não estabelecendo diferenças de cidadania entre ambos. O voto, o direito à instrução, ao trabalho e à administração dos bens, o combate à prostituição e à mendicidade infantil eram temas comuns nos seus discursos.

Embora tenham surgido crises no seio da Liga Republicana, podemos afirmar que, de uma forma embora simplista mas que corresponde à verdade histórica, entre 1908 e 1928 verificou-se um enorme incremento da vida cívica e política, tanto a nível associativo, como na visibilidade política e como força de pressão dos poderes constituídos.

Citamos o historiador João Esteves “Durante duas décadas, em que o convívio com o republicanismo provocou esperanças e desilusões, as mulheres debateram, organizaram-se, actuaram. Escreveram, opinaram, polemizaram. Discursaram. Aderiram a causas. Politizaram-se. Reivindicaram. Expuseram-se, correram riscos, sofreram incompreensões, injúrias e agressões. Marcaram presença. Fizeram História”.

No núcleo central destes movimentos estiveram, é certo, maçonas ilustres, mas também um leque sócio profissional bastante diversificado, tais como farmacêuticas, jornalistas, costureiras, engomadeiras, modistas, empregadas do comércio e também as chamadas domésticas ou sem profissão.

A sua dedicação à República nunca foi questionada, coerência que pode ser aferida pela postura adoptada pela sua maioria durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, que silenciou as mulheres e os homens portugueses durante 48 anos.

A combatividade e a visibilidade daquelas republicanas não têm comparação possível com o Portugal de hoje: o associativismo de então foi fortíssimo, mesmo quando se dividia.

O conjunto de legados patrimoniais, em termos sociais e culturais e até de costumes e de mentalidade, que aquelas pioneiras nos deixaram ficaram aparentemente esquecidos no baú da memória e da história.

Mas... todas estas mães tiveram filhas e netas que delas se orgulhavam e que eram tradicionalmente exaltadas no meio familiar. Assim, um fio débil mas resistente foi outorgando a certas personalidades femininas uma continuidade na acção, que fez delas, de uma forma anónima, uma saga de lutadoras e de resistentes, que tornaram possível a luta por uma opinião.

De algum modo, as lendárias 3 Marias de 1971, que 3 anos antes da Revolução dos Cravos escreveram as “Novas Cartas Portuguesas”, verdadeira pedrada no charco do fascismo agonizante, constituem as discípulas e as herdeiras do património deixado por Carolina Beatriz Ângelo, por Adelaide Cabete, por Ana de Castro Osório... Sabemos que estas correntes se ligam por ondas invisíveis que vão caminhando num sentido de progresso e de transformação social.

E a Maçonaria feminina portuguesa dos nossos dias, apesar de ter tido que pedir ajuda a Maçonas francesas suas conhecidas, cuja Grande Loja já existia desde 1952, para se agruparem e trabalhar em prol da reconstituição do ideal maçónico, revêem-se nessas pioneiras que há cem anos fizeram uma caminhada pejada de escolhos, mas deram passos gigantescos na luta contra a ignorância.

As referências à tradição, que interpretamos como a viagem da humanidade, servem-nos de bengala na nossa caminhada na decifração dos segredos dos rituais maçónicos, onde a Maçonaria Feminina tem mais do que nunca um espaço e uma tarefa gigantescos a levar a cabo no mundo de hoje.

“Sob a sua influência, nós tornámo-nos militantes do saber” - escreveu uma das Grã-Mestras da GLFP. As Maçonas portuguesas têm consciência da responsabilidade que é sermos continuadoras dessas mulheres. É certo que muita coisa mudou, mas terá mudado tudo o que era necessário?

Também temos consciência que vivemos num tempo herdeiro do Maio de 68 em França, que alguns filósofos e historiadores afirmaram ser o acontecimento revolucionário mais importante do século XX, porque não se deveu a uma camada restrita da população, como trabalhadores ou minorias, mas a uma insurreição popular que superou barreiras étnicas, culturais, de idade e de classe.

E como o Mundo mudou desde então!

E, como escreveu uma outra GM da GLFP, “É pois, num debate constante em Loja sobre as questões sociais do nosso tempo, herdeiras das lutas feministas antigas, na elaboração teórica dessas questões sob o signo da nossa divisa maçónica que nos distingue e une “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” e na intervenção social, que a qualidade maçónica nos espera”.

É por tudo isto que, quase quatrocentas mulheres maçonas portuguesas, que constituem actualmente a Grande Loja Feminina de Portugal, não desistem do seu projecto de, individual e colectivamente, pugnar por uma sociedade mais justa para que os seus vindouros também um dia se orgulhem delas.

Rogélia Neves

1ª GM-Adj. da GLFP